ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

AUDIÊNCIA PÚBLICA
DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE/2019

REVISÃO DO PPA E ELABORAÇÃO DA LDO/2020

EXIGÊNCIA LEGAL

Lei Complementar n°101, de 04 de Maio de 2000, Art. 9°, § 4°

Art. 9º - Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 4º - Até o final dos meses de Maio, Setembro e Fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em Audiência Pública na comissão referida no § 1º do Art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

TEMAS A SEREM APRESENTADOS

- Execução Orçamentária
- Metas de Arrecadação
- Cronograma de Desembolso
- Aplicação de Recursos em Saúde (15%)
- Aplicação de Recursos em Educação (25%)
- Aplicação dos Recursos Recebidos do FUNDEB (60%)
- Despesas com Pessoal
- Restos à Pagar

RECEITA ORÇAMENTÁRIA

Lei 4.320/64, Art. 2°, § 1° e 2°

Lei 4.320/64, Art. 2° - A Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade universalidade e anualidade.

§ 1° Integrarão a Lei de Orçamento:
I - Sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do Governo;
II - Quadro demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas, na forma do Anexo nº1;
III - Quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação;
IV - Quadro das dotações por órgãos do Governo e da Administração.

§ 2º Acompanharão a Lei de Orçamento:
I - Quadros demonstrativos da receita e planos de aplicação dos fundos especiais;
II - Quadros demonstrativos da despesa, na forma dos Anexos n°6 a 9;
III - Quadro demonstrativo do programa anual de trabalho do Governo, em termos de realização de obras e de prestação de serviços.

RECEITA ORÇAMENTÁRIA

Lei 4.320/64, Art. 2°, § 1° e 2°

Receita Arrecadada em Exercícios Anteriores

Exercício	Valores
2015	15.957.996,20
2016	18.194.294,96
2017	17.603.915,80
2018	20.837.671,24

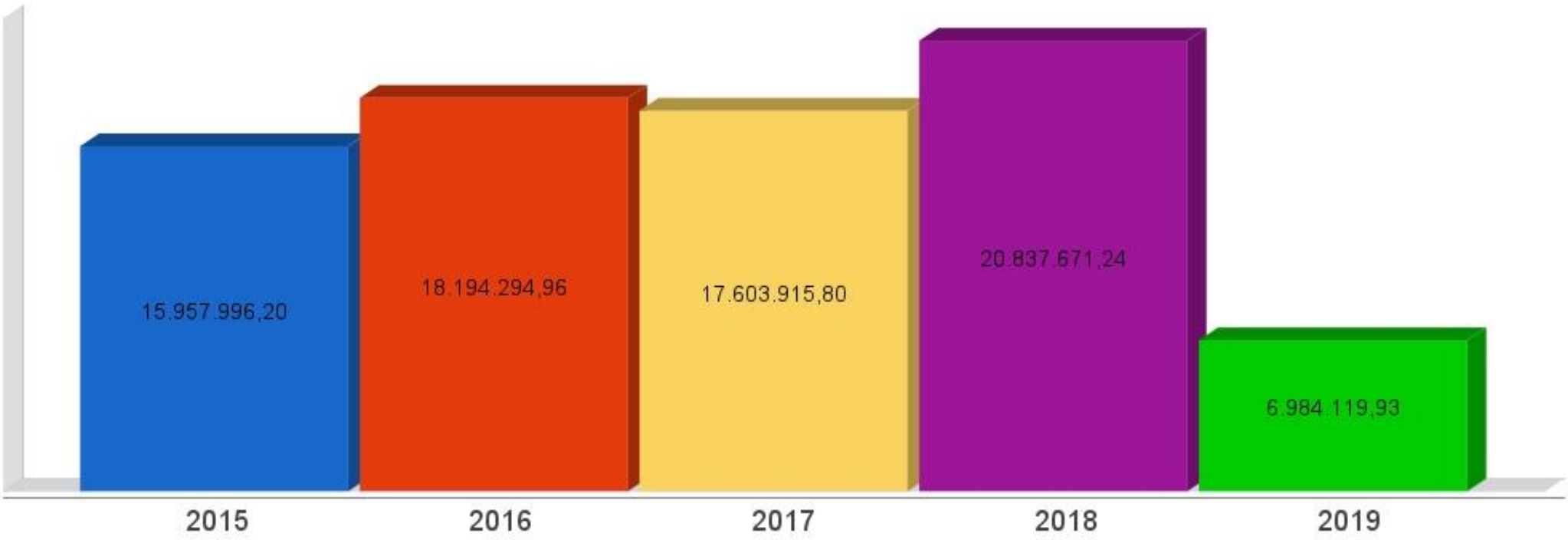
Receita Arrecadada até 1º Quadrimestre/2019

Receita Orçamentária	6.984.119,93
Média Mensal	1.746.029,98

RECEITA ORÇAMENTÁRIA

Lei 4.320/64, Art. 2°, § 1° e 2°

Evolução da Receita Orçamentária



RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA

Lei 4.320/64, Art. 2°, § 1° e 2°

Receita Arrecadada em Exercícios Anteriores

Exercício	Valores
2015	930.003,28
2016	1.138.216,56
2017	1.165.423,57
2018	1.324.911,01

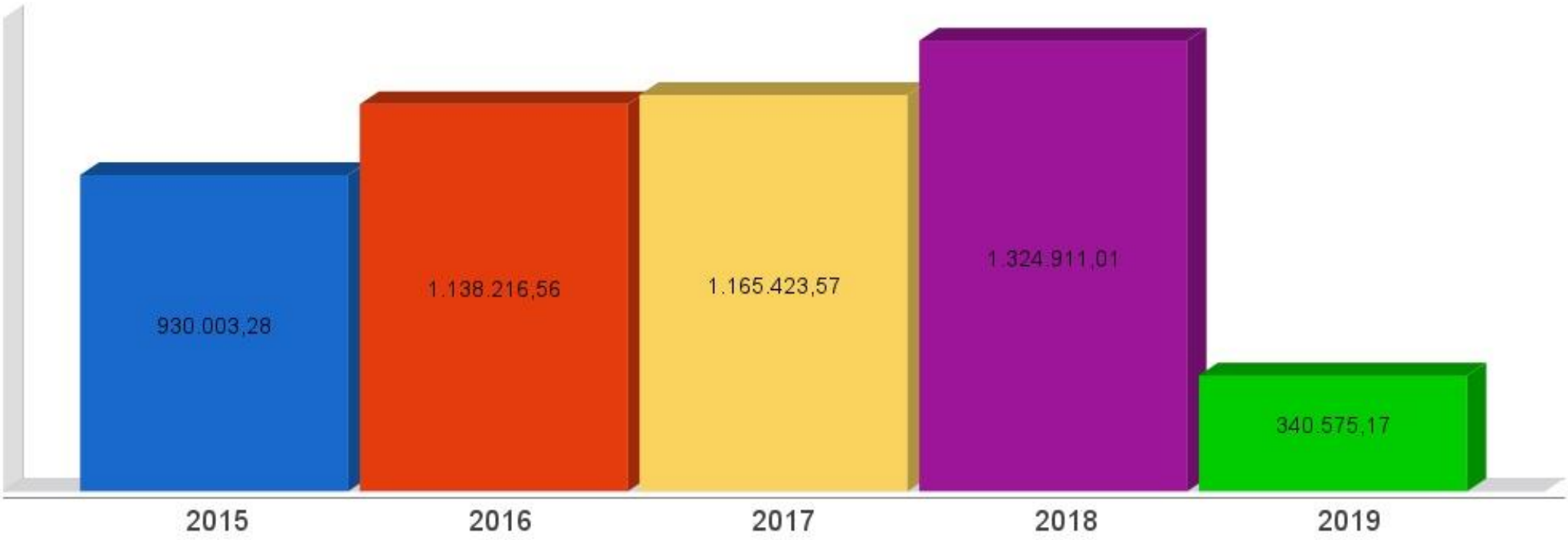
Receita Arrecadada até 1º Quadrimestre/2019

Receita Intra-Orçamentária	340.575,17
Média Mensal	85.143,79

RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA

Lei 4.320/64, Art. 2°, § 1° e 2°

Evolução da Receita Intra-Orçamentária



DESPESA ORÇAMENTÁRIA

Lei 4.320/64, Art. 2°, § 1° e 2°

Despesa Realizada em Exercícios Anteriores

Exercício	Empenhado	Liquidado
2015	14.645.146,49	14.299.568,92
2016	17.300.085,97	16.289.691,36
2017	15.110.815,24	15.093.559,63
2018	19.256.577,21	18.220.519,90

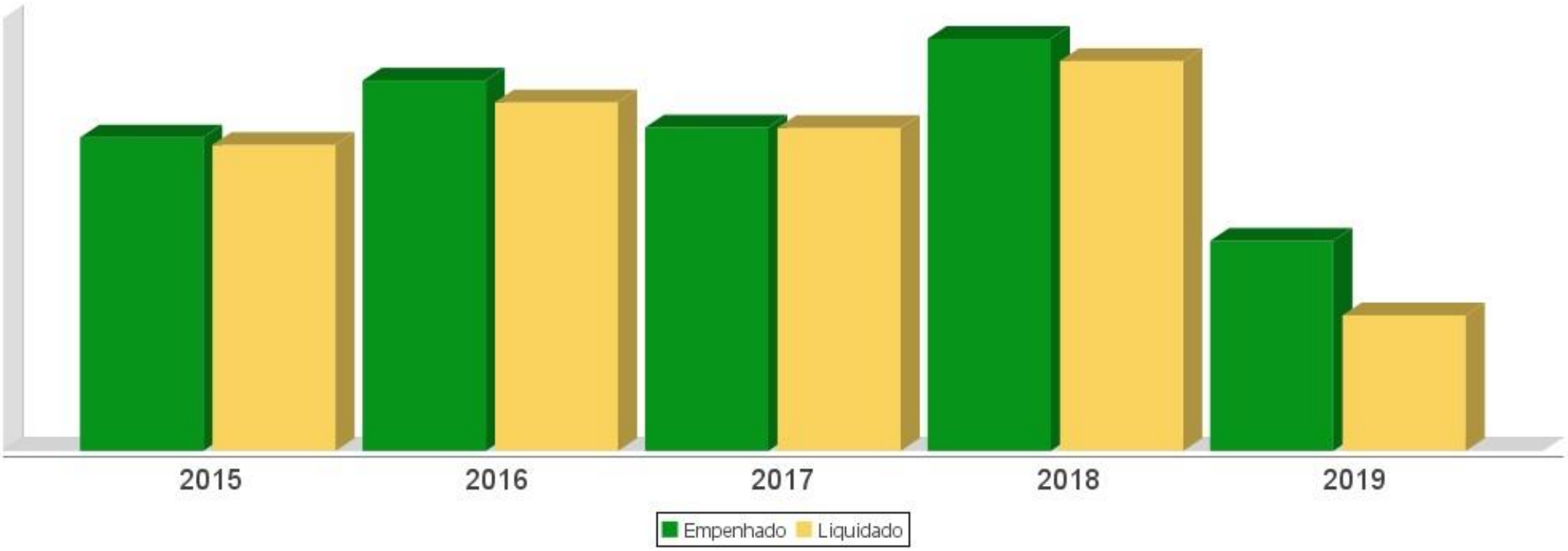
Despesa até 1º Quadrimestre/2019

Despesa Orçamentária	9.785.643,58	6.334.295,79
Média Mensal	2.446.410,89	1.583.573,94

DESPESA ORÇAMENTÁRIA

Lei 4.320/64, Art. 2°, § 1° e 2°

Evolução da Despesa Orçamentaria Realizada



DESPESA INTRA-ORÇAMENTÁRIA

Lei 4.320/64, Art. 2°, § 1° e 2°

Despesa Realizada em Exercícios Anteriores

Exercício	Empenhado	Liquidado
2015	930.003,28	930.003,28
2016	1.138.216,56	1.138.216,56
2017	1.266.976,52	1.266.976,52
2018	1.324.911,01	1.324.911,01

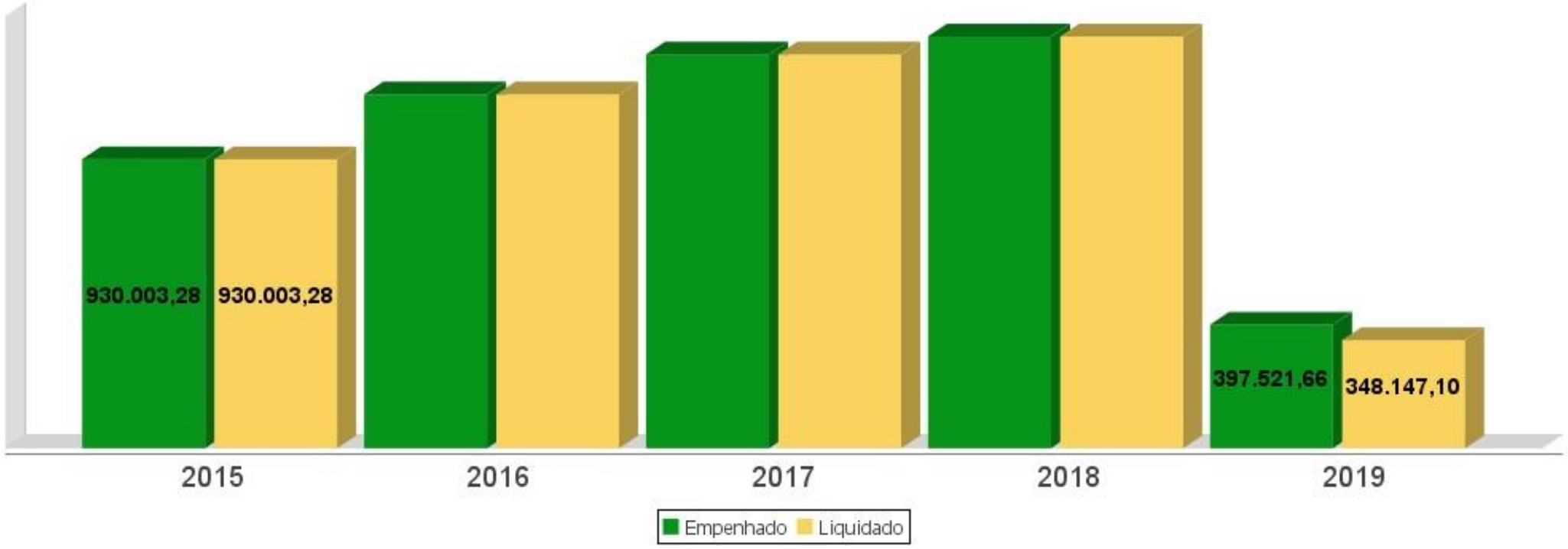
Despesa até 1º Quadrimestre/2019

Despesa Intra-Orçamentária	397.521,66	348.147,10
Média Mensal	99.380,42	87.036,78

DESPESA INTRA-ORÇAMENTÁRIA

Lei 4.320/64, Art. 2°, § 1° e 2°

Evolução da Despesa Intra-Orçamentária Realizada



RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Lei Complementar n°101/2000, Art. 2°, IV, ‘c’, § 1° e 3°

LRF, Art. 2° - Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como:

IV - Receita Corrente Líquida: somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos:
c) na União, nos Estados e nos Municípios, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do Art. 201 da Constituição.

§ 1º Serão computados no cálculo da receita corrente líquida os valores pagos e recebidos em decorrência da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, e do fundo previsto pelo art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 3º A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Lei Complementar n°101/2000, Art. 2°, IV, ‘c’, § 1° e 3°

Receita Corrente Líquida (RCL) Arrecadada em Exercícios Anteriores

Exercício	Valores
2015	14.219.708,33
2016	16.443.110,05
2017	16.121.346,96
2018	19.297.080,00

Receita Corrente Líquida Arrecadada acumulada (Últimos 12 meses)

Receita Corrente Líquida últimos 12 meses	19.959.776,19

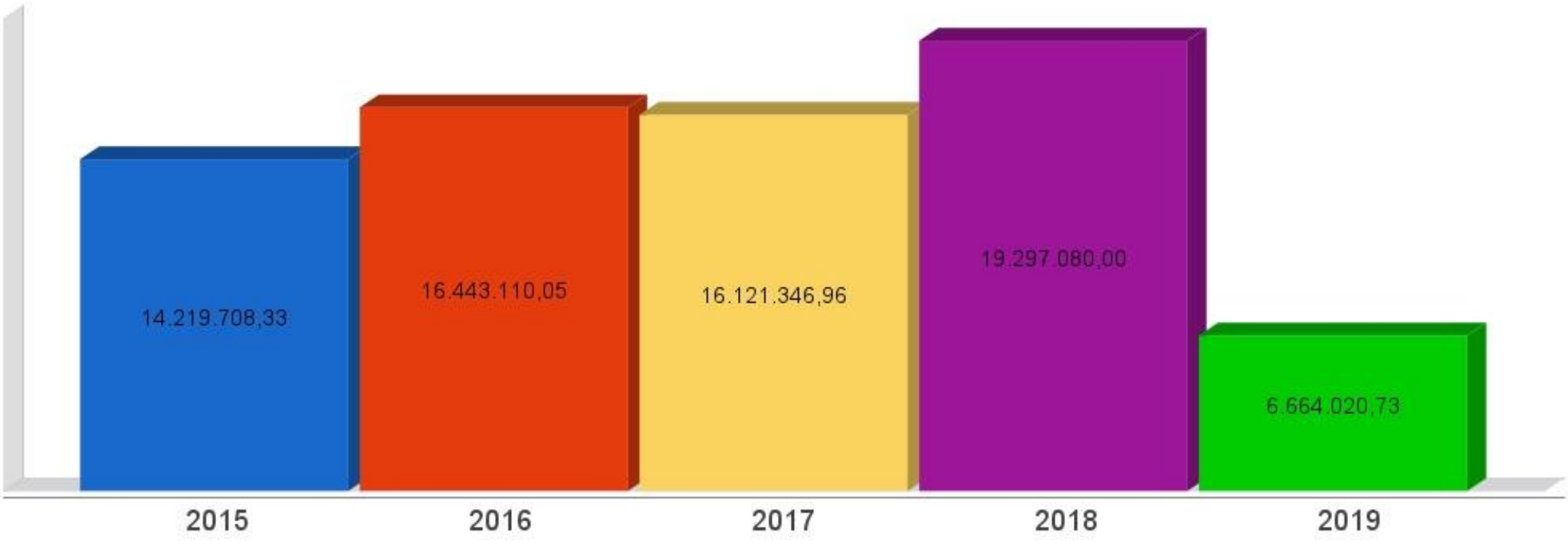
Receita Corrente Líquida Arrecadada até 1º Quadrimestre/2019

Receita Corrente Líquida	6.664.020,73
Média Mensal	1.666.005,18

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Lei Complementar n°101/2000, Art. 2°, IV, ‘c’, § 1° e 3°

Evolução da Receita Corrente Líquida (RCL)



EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

LRF, Art. 52 - O relatório a que se refere o § 3º do Art. 165 da Constituição abrangerá todos os Poderes e o Ministério Público, será publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre e composto de:

I - balanço orçamentário, que especificará, por categoria econômica, as:
a) receitas por fonte, informando as realizadas e a realizar, bem como a previsão atualizada;
b) despesas por grupo de natureza, discriminando a dotação para o exercício, a despesa liquidada e o saldo;

II - demonstrativos da execução das:
a) receitas, por categoria econômica e fonte, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada no bimestre, a realizada no exercício e a previsão a realizar;
b) despesas, por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando dotação inicial, dotação para o exercício, despesas empenhada e liquidada, no bimestre e no exercício;
c) despesas, por função e subfunção.

§ 1º Os valores referentes ao refinanciamento da dívida mobiliária constarão destacadamente nas receitas de operações de crédito e nas despesas com amortização da dívida.
§ 2º O descumprimento do prazo previsto neste artigo sujeita o ente às sanções previstas no § 2º do Art. 51.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

Receitas Arrecadadas	
Receitas Correntes (I)	**6.846.846,88**
Receita Tributária	547.326,29
Receita de Contribuições	249.840,75
Receita Patrimonial	373.858,05
Receita Agropecuária	0,00
Receita Industrial	0,00
Receita de Serviços	89.635,52
Transferências Correntes	6.729.792,11
(-) Deduções das Transferências Correntes	-1.150.811,49
Outras Receitas Correntes	7.205,65
Receitas de Capital (II)	**137.273,05**
Operações de Crédito	10.613,70
Alienação de Bens	38.596,73
Amortização de Empréstimos	0,00
Transferências de Capital	88.062,62
Outras Receitas de Capital	0,00
Total (III) = (I+II)	**6.984.119,93**

EXECUÇÃO INTRA-ORÇAMENTÁRIA

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

Receitas Arrecadadas	
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias (IV)	**340.575,17**
Receita Tributária	0,00
Receita de Contribuições	291.671,45
Receita Patrimonial	0,00
Receita Agropecuária	0,00
Receita Industrial	0,00
Receita de Serviços	0,00
Transferências Correntes	0,00
Outras Receitas Correntes	48.903,72
Receitas de Capital Intra-Orçamentárias (V)	**0,00**
Operações de Crédito	0,00
Alienação de Bens	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00
Transferências de Capital	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00
Total (VI) = (IV+V)	**340.575,17**
Total Geral da Receita (VII) = (III+VI)	**7.324.695,10**

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

Despesas Liquidadas Por Órgão de Governo	
0120 - PODER EXECUTIVO	4.449.139,26
0230 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	1.410.901,73
0340 - FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL	67.137,63
0450 - INSTITUTO DE PREV. DO SERV. PUBLICO MUNICIPAL	368.805,39
0560 - SIST. DE ASSIST. MEDICA E HOSP. DO SERV. PL.	224.841,43
0610 - PODER LEGISLATIVO	161.617,45
Total (VIII)	**6.682.442,89**

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

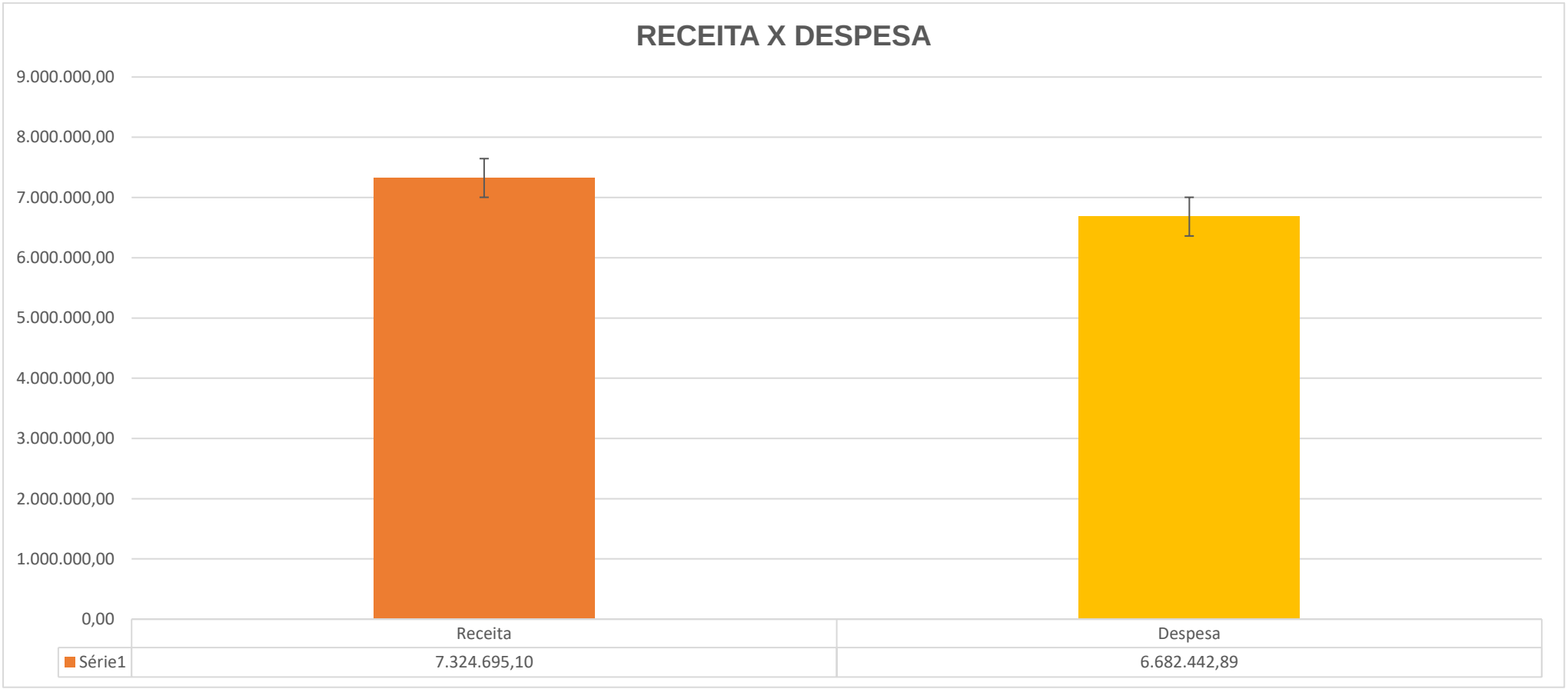
Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

Execução Orçamentária e Financeira

Superávit Financeiro Apurado Até o Quadrimestre (X) = (VII - VIII)	**642.252,21**
Superávit (XI) = (IX - X)	**642.252,21**

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52



METAS DE ARRECADAÇÃO

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

LRF, Art. 8° - Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea "c" do inciso I do Art. 4°, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.
Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

LRF, Art. 13 - No prazo previsto no Art. 8°, as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

METAS DE ARRECADAÇÃO

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

Receitas Orçamentárias	Previsão	Arrecadação	Diferença
Receitas Correntes (I)	**6.713.800,00**	**6.846.846,88**	**133.046,88**
Receita Tributária	330.000,00	547.326,29	217.326,29
Receita de Contribuições	304.000,00	249.840,75	-54.159,25
Receita Patrimonial	280.800,00	373.858,05	93.058,05
Receita Agropecuária	1.500,00	0,00	-1.500,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	35.500,00	89.635,52	54.135,52
Transferências Correntes	5.600.000,00	6.729.792,11	1.129.792,11
(-) Deduções das Transferências Correntes	0,00	-1.150.811,49	-1.150.811,49
Outras Receitas Correntes	162.000,00	7.205,65	-154.794,35
Receitas de Capital (II)	**14.000,00**	**137.273,05**	**123.273,05**
Operações de Crédito	0,00	10.613,70	10.613,70
Alienação de Bens	0,00	38.596,73	38.596,73
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	14.000,00	88.062,62	74.062,62
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
Total (III) = (I+II)	**6.727.800,00**	**6.984.119,93**	**256.319,93**

METAS DE ARRECADAÇÃO

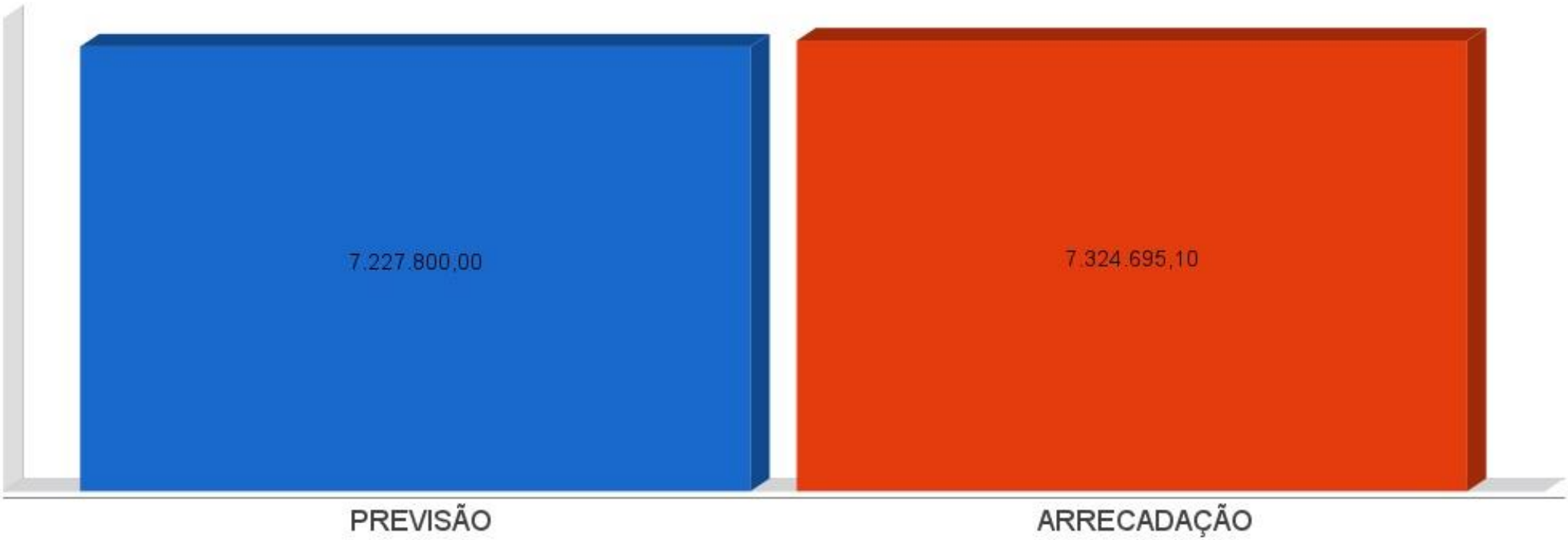
Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

Receitas Intra-Orçamentárias	Previsão	Arrecadação	Diferença
Receitas correntes (IV)	**500.000,00**	**340.575,17**	**-159.424,83**
Receita Tributária	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições	500.000,00	291.671,45	-208.328,55
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	48.903,72	48.903,72
Receitas de capital (V)	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
Total (VI) = (IV+V)	**500.000,00**	**340.575,17**	**-159.424,83**

Total Geral das Receitas (VII) = (III+VI)	**7.227.800,00**	**7.324.695,10**	**96.895,10**

METAS DE ARRECADAÇÃO

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13



CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

LRF, Art. 8° - Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea c do inciso I do Art. 4°, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.
Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

LRF, Art. 13 - No prazo previsto no Art. 8°, as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

Despesas Orçamentárias	Fixadas	Realizadas	Diferença
Despesas Correntes (I)	**6.635.000,00**	**5.258.252,78**	**1.376.042,89**
Pessoal e Encargos Sociais	3.725.000,00	2.968.183,29	756.816,71
Juros e Amortização da Dívida	50.000,00	11.150,38	38.849,62
Outras Despesas Correntes	2.860.000,00	2.278.919,11	580.376,56
Despesas de Capital (II)	**476.000,00**	**1.076.043,01**	**-600.043,01**
Investimentos	360.000,00	149.518,56	210.481,44
Inversões Financeiras	0,00	800.000,00	-800.000,00
Amortização da Dívida Fundada Interna	116.000,00	126.524,45	-10.524,45
Reserva de contingência (III)	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Reserva de contingência	0,00	0,00	0,00
Total (IV) = (I+II+III)	**7.111.000,00**	**6.334.295,79**	**775.999,88**

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

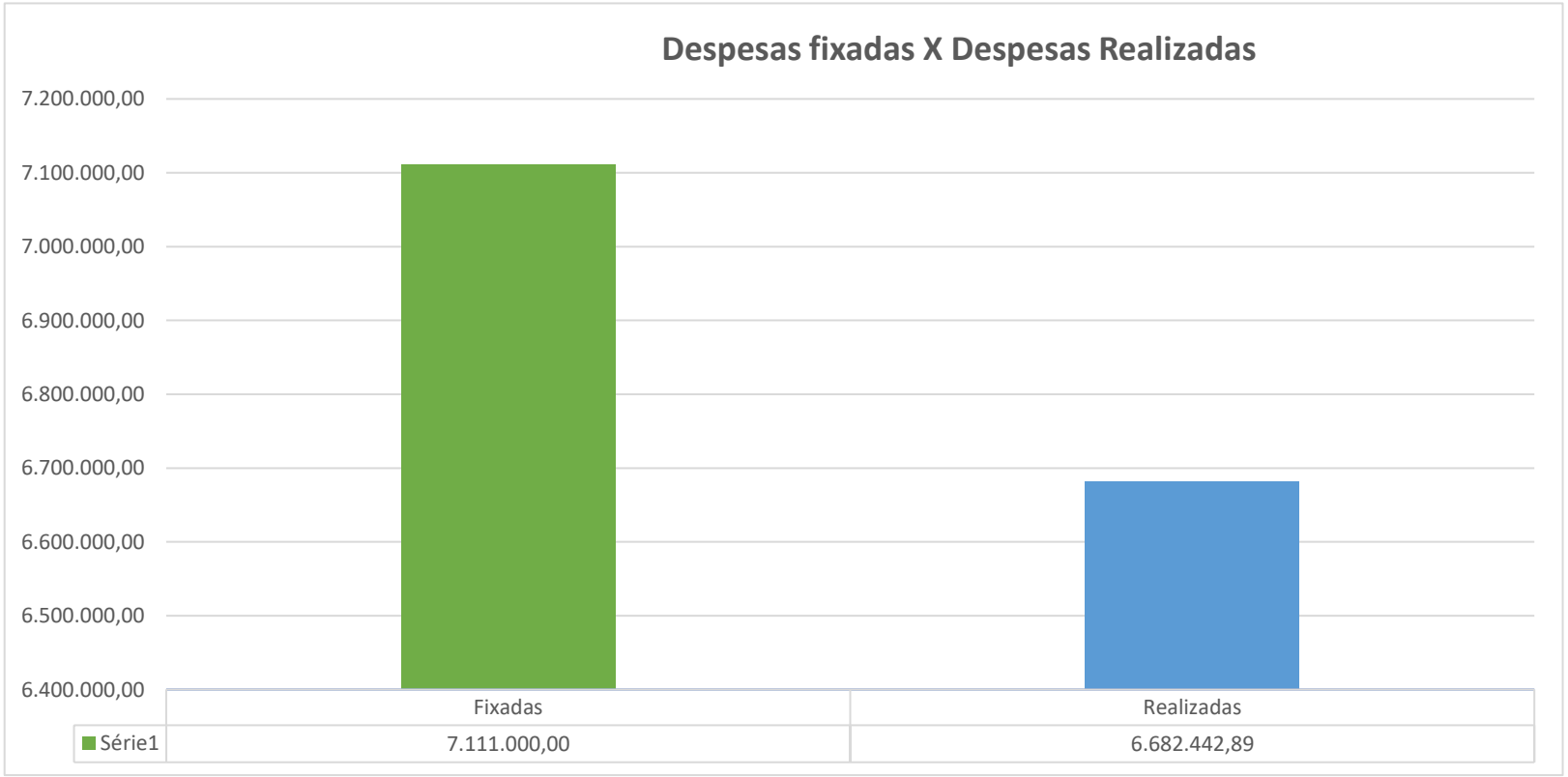
Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

Despesas Intra-Orçamentárias	Fixadas	Realizadas	Diferença
Despesas Correntes (V)	**0,00**	**348.147,10**	**-348.147,10**
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	299.243,40	-299.243,40
Juros e Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	48.903,70	-48.903,70
Despesas de Capital (VI)	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Fundada Interna	0,00	0,00	0,00
Reserva de contingência (VII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total (VIII) = (V+VI+VII)	**0,00**	**348.147,10**	**-348.147,10**

Total Geral das Despesas (IX) = (IV+VIII)	**7.111.000,00**	**6.682.442,89**	**428.557,11**

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13



APLICAÇÃO DE RECURSOS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

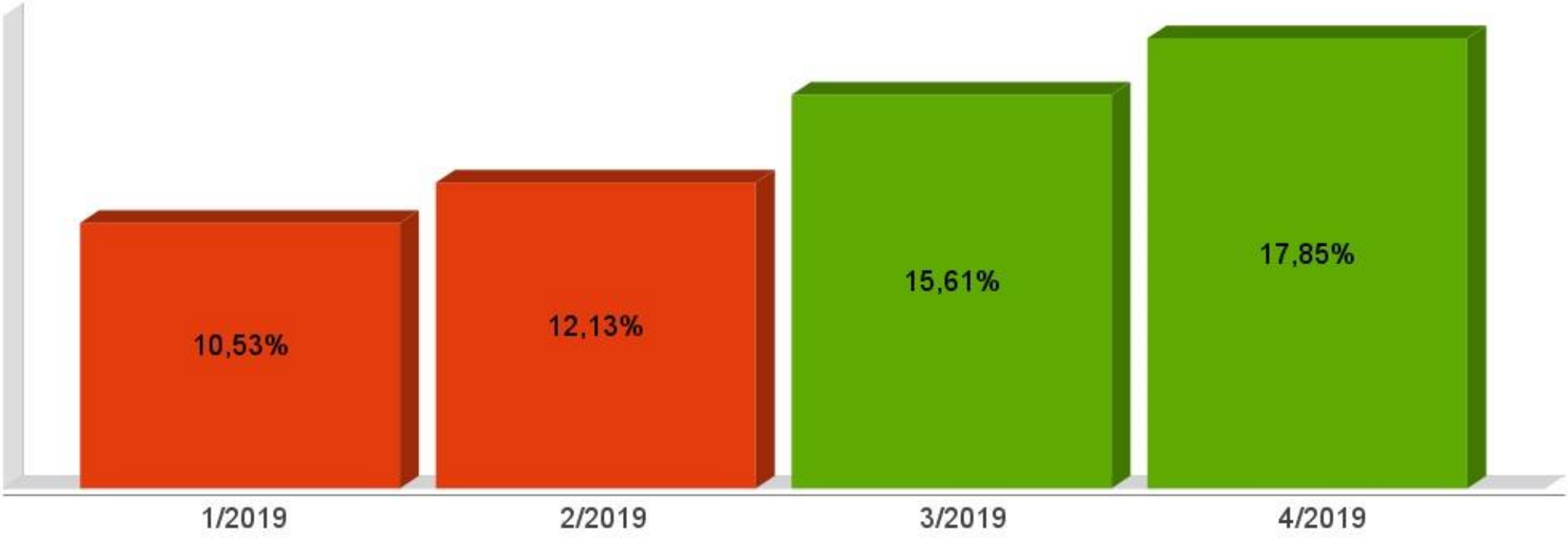
ADCT, Art. 77, III e Emenda Constitucional n°29 de 13/09/2000

EC 29/2000, Art. 7º - O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte Art. 77:
"III - no caso dos Municípios e do Distrito Federal, quinze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o Art. 156 e dos recursos de que tratam os Art´s. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º."

Receita bruta de Impostos e Transferências (I)	**6.096.104,94**
Despesas por função/subfunção (II)	**1.451.648,51**
Deduções (III)	**363.791,41**
Despesas para efeito de cálculo (IV) = (II-III)	**1.087.857,10**
Mínimo a ser aplicado	**914.415,75**
Aplicado à maior	**173.441,35**
Percentual aplicado = (IV) / (I) x 100	**17,85**

APLICAÇÃO DE RECURSOS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ADCT, Art. 77, III e Emenda Constitucional n°29 de 13/09/2000



APLICAÇÃO DE RECURSOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Constituição Federal, Art. 212 e LDB, Art. 72

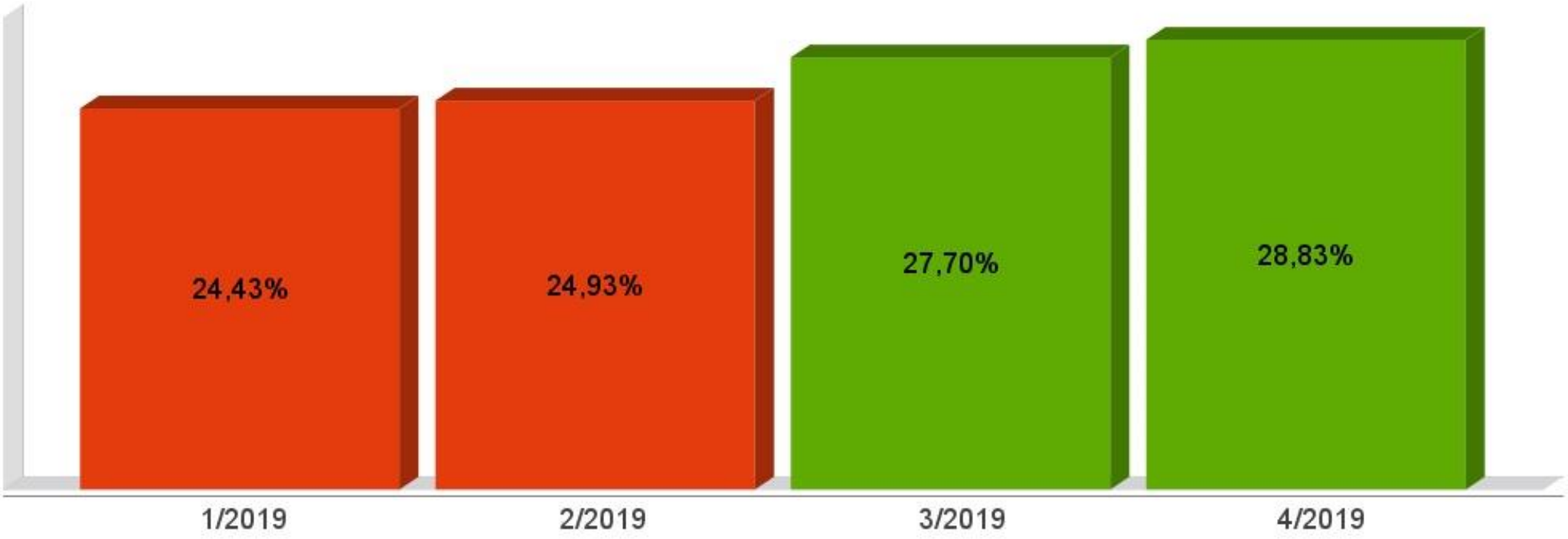
CF, Art. 212 - A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

LDB, Art. 72 - As receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino serão apuradas e publicadas nos balanços do Poder Público, assim como nos relatórios a que se refere o § 3º do Art. 165 da Constituição Federal.

Receita bruta de Impostos e Transferências (I)	**6.096.104,94**
Despesas por função/subfunção (II)	**1.237.765,32**
Deduções (III)	**53.527,39**
Resultado líquido da transf. do FUNDEB (IV)	**-573.099,61**
Despesas para efeito de cálculo (V) = (II-III-IV)	**1.938.442,46**
Mínimo a ser aplicado	**1.524.026,25**
Aplicado à Maior	**233.311,29**
Percentual aplicado = (V) / (I) x 100	**28,83**

APLICAÇÃO DE RECURSOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Constituição Federal, Art. 212 e LDB, Art. 72



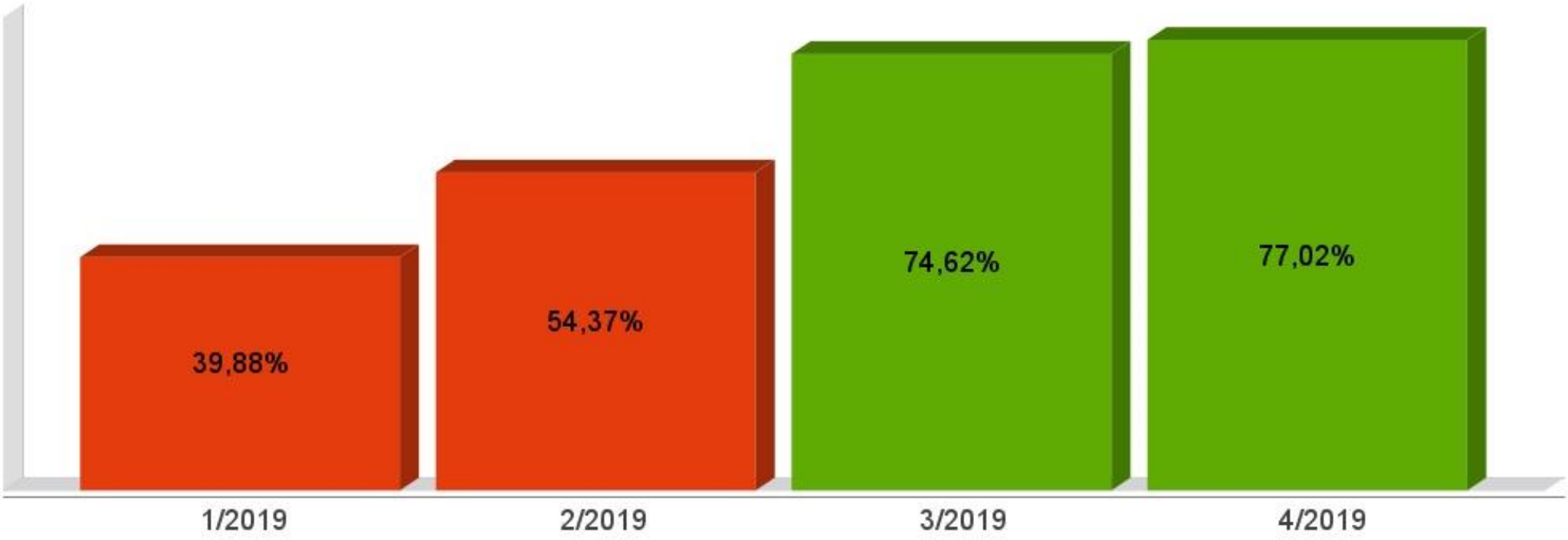
APLICAÇÃO DE 60% DOS RECURSOS DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

ADCT, Art. 60, XII, MP 339/2006, EC 53/2006 e Lei Federal n°9.424/96

Receita do FUNDEB (I)	**578.218,02**
Despesas (II)	**445.319,51**
Mínimo a ser Aplicado	**346.930,81**
Aplicado à Maior	**98.388,70**
Percentual Aplicado = (II) / (I) x 100	**77,02**

APLICAÇÃO DE 60% DOS RECURSOS DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

ADCT, Art. 60, XII, MP 339/2006, EC 53/2006 e Lei Federal n°9.424/96



DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

CF, Art. 169 - A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

LRF, Art. 19 - Para os fins do disposto no caput do Art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:
III - Municípios: 60% (sessenta por cento)

LRF, Art. 20 - A repartição dos limites globais do Art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:
III - na esfera municipal:
a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver;
b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

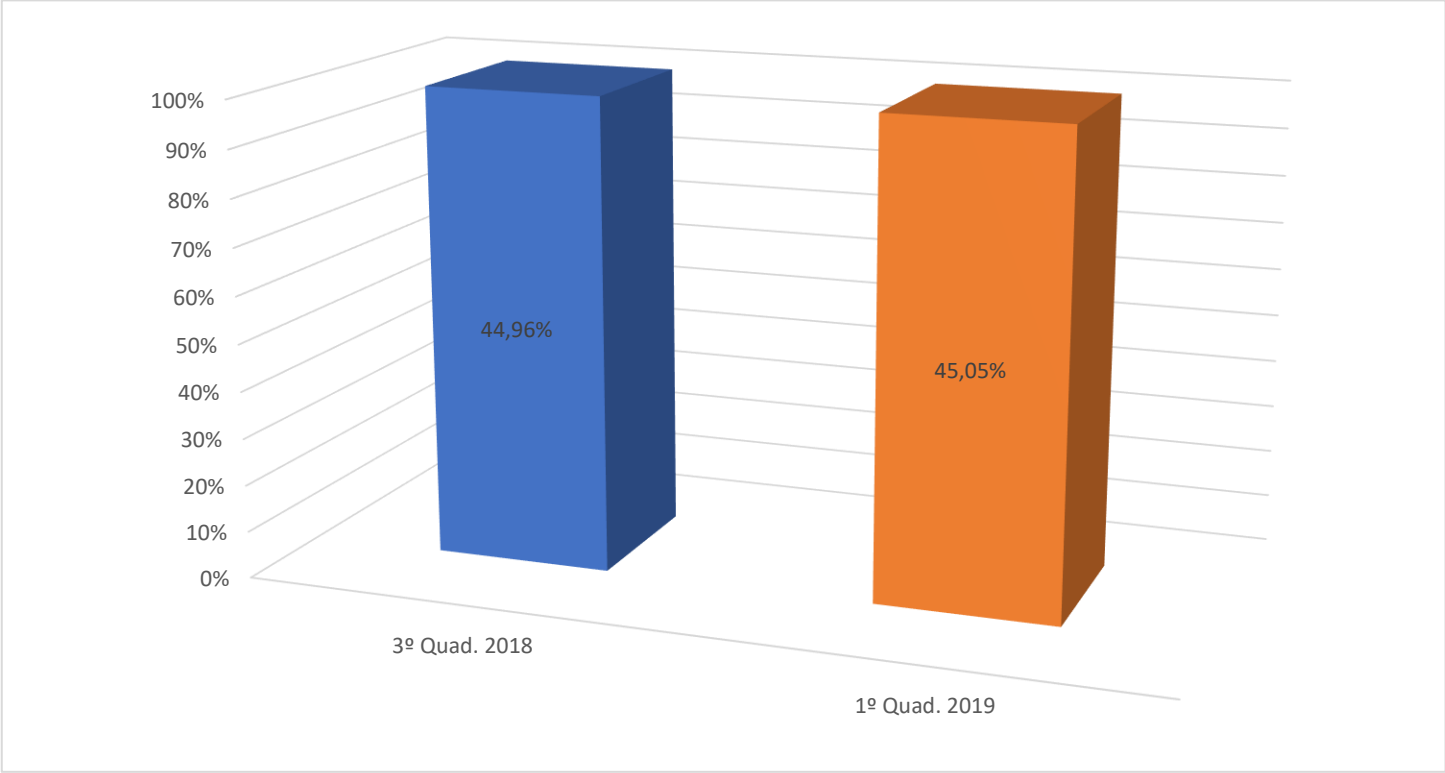
DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

Receita Corrente Líquida Arrecadada nos Últimos 12 (doze) Meses (I)	**19.959.776,19**
Despesa Líquida com Pessoal Realizada nos Últimos 12 (doze) Meses (II)	**8.992.399,16**
Limite Prudencial - 51,30%	**10.239.365,19**
Limite Máximo - 54,00%	**10.778.279,14**
Percentual aplicado = (II) / (I) x 100	**45,05%**

DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III



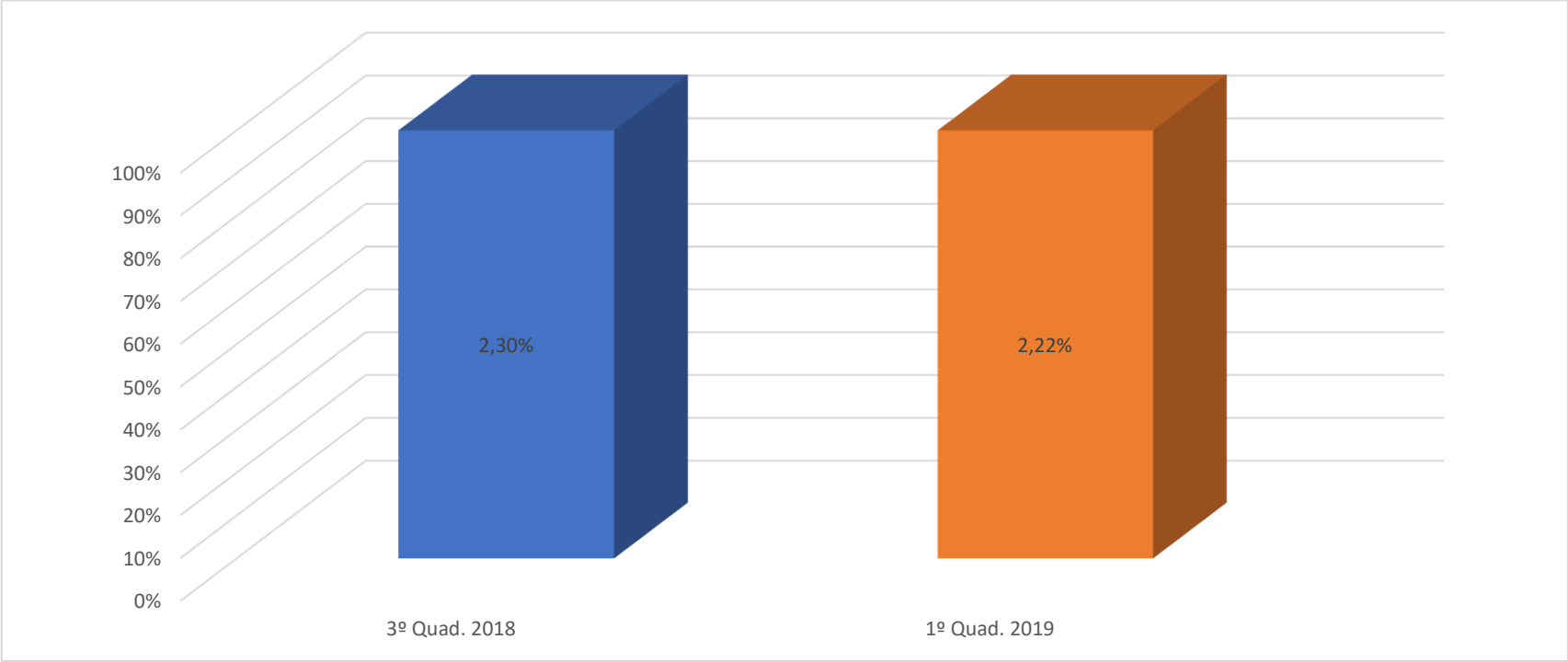
DESPESAS COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

Receita Corrente Líquida Arrecadada nos Últimos 12 (doze) Meses (I)	**19.959.776,19**
Despesa Líquida com Pessoal Realizada nos Últimos 12 (doze) Meses (II)	**442.796,27**
Limite Prudencial - 5,70%	**1.137.707,24**
Limite Máximo - 6,00%	**1.197.586,57**
Percentual aplicado = (II) / (I) x 100	**2,22%**

DESPESAS COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III



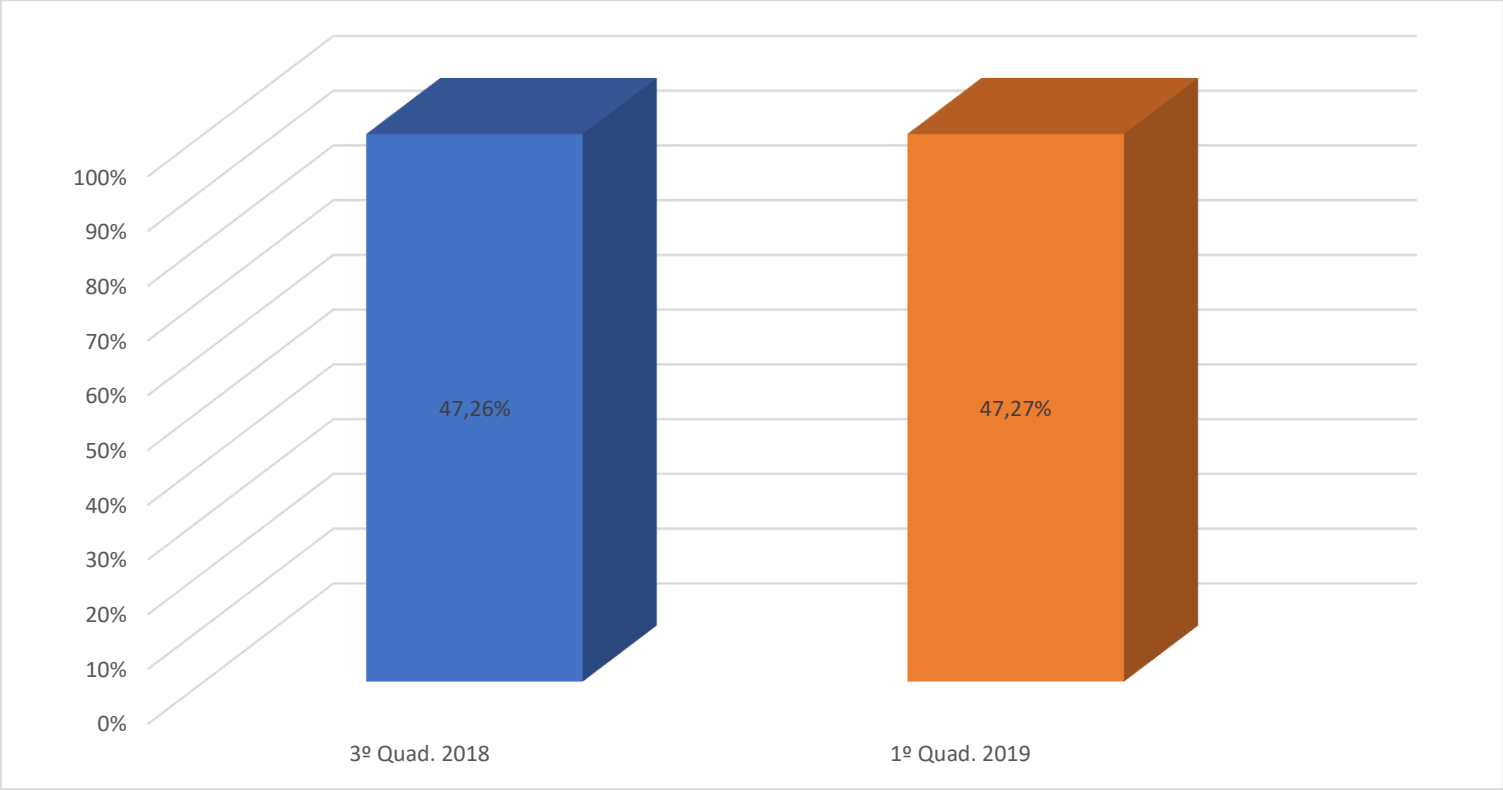
DESPESAS COM PESSOAL CONSOLIDADO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

Receita Corrente Líquida Arrecadada nos Últimos 12 (doze) Meses (I)	**19.959.776,19**
Despesa Líquida com Pessoal Realizada nos Últimos 12 (doze) Meses (II)	**9.435.195,43**
Limite Prudencial - 57,00%	**11.377.072,43**
Limite Máximo - 60,00%	**11.975.865,71**
Percentual aplicado = (II) / (I) x 100	**47,27%**

DESPESAS COM PESSOAL CONSOLIDADO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III



RESTOS A PAGAR

Lei Complementar n°101/2000, Art. 55, III, alínea “b”

LRF, Art. 55. O relatório conterá:
III - demonstrativos, no último quadrimestre:
b) da inscrição em Restos a Pagar, das despesas:
1) liquidadas;
2) empenhadas e não liquidadas, inscritas por atenderem a uma das condições do inciso II do art. 41;
3) empenhadas e não liquidadas, inscritas até o limite do saldo da disponibilidade de caixa;
4) não inscritas por falta de disponibilidade de caixa e cujos empenhos foram cancelados;

RESTOS A PAGAR

Lei Complementar n°101/2000, Art. 55, III, alínea “b”

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO	**Valores**
Restos A Pagar Não Processados (I)	**333.203,99**
(+) Inscrições do Exercício Anterior	987.075,56
(+) Inscritos em Exercícios Anteriores	0,00
(-) Cancelamentos	30.860,67
Restos a Pagar a Liquidar	317.735,15
Restos a Pagar em Liquidação	0,00
Restos a Pagar Liquidado a Pagar	15.468,84
(-) Restos a Pagar Pagos	623.010,90
Restos Processados (II)	**0,00**
(+) Inscrições do Exercício Anterior	410.239,08
(+) Inscritos em Exercícios Anteriores	0,00
(-) Cancelamentos	0,00
Restos a Pagar	0,00
(-) Restos Pagos	410.239,08
Saldo a Pagar (I+II)	**333.203,99**

RESTOS A PAGAR

Lei Complementar n°101/2000, Art. 55, III, alínea “b”

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PINHEIRO PRETO	**Valores**
Restos A Pagar Não Processados (I)	**26.476,57**
(+) Inscrições do Exercício Anterior	191.176,57
(+) Inscritos em Exercícios Anteriores	0,00
(-) Cancelamentos	0,00
Restos a Pagar a Liquidar	26.476,57
Restos a Pagar em Liquidação	0,00
Restos a Pagar Liquidado a Pagar	0,00
(-) Restos a Pagar Pagos	164.700,00
Restos Processados (II)	**0,00**
(+) Inscrições do Exercício Anterior	0,00
(+) Inscritos em Exercícios Anteriores	0,00
(-) Cancelamentos	0,00
Restos a Pagar	0,00
(-) Restos Pagos	0,00
Saldo a Pagar (I+II)	**26.476,57**

O CONTROLE SOCIAL É A PARTICIPAÇÃO DO CIDADÃO NA GESTÃO PÚBLICA.

OBRIGADO PELA PRESENÇA DE TODOS!

